

Renováveis asseguraram dois terços da eletricidade produzida em Portugal em outubro

- Em outubro, 66% da eletricidade produzida em Portugal Continental teve origem em fontes renováveis (2 242 GWh);
- A produção elétrica nacional diminuiu 9,9% face a outubro de 2024, devido à menor produção hídrica e eólica;
- Portugal mantém-se como o 4.º país europeu com maior incorporação renovável no acumulado do ano (75,2%);

Lisboa, 13 de novembro de 2025 – O [Boletim Eletricidade Renovável](#) elaborado pela [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#), revela que, entre 1 e 31 de outubro de 2025, 66% da eletricidade produzida em Portugal Continental teve origem em fontes renováveis, o que corresponde a 2 242 GWh do total de 3 395 GWh produzidos no período.

No acumulado de janeiro a outubro, Portugal manteve-se entre os líderes europeus na incorporação de fontes renováveis, com 75,2% da eletricidade produzida a partir de energias limpas. Este desempenho coloca o país como o 4.º com maior peso das renováveis no mix elétrico, atrás apenas da Noruega (97,7%), Dinamarca (88,3%) e Áustria (83,1%). Considerando apenas o mês de outubro, Portugal (66%) registou uma performance superior à de países vizinhos como Alemanha (63,2%), Espanha (50%), Itália (34,2%) e França (26,3%).

Entre janeiro e outubro, o preço médio horário no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) fixou-se em 65,6 €/MWh, num período em que se registaram 1 266 horas de produção 100% renovável. O contributo das renováveis gerou uma poupança acumulada de 6 301 milhões de euros, correspondente a uma média de 151,6 €/MWh, resultado da produção em regime especial (PRE).

Em outubro, a produção renovável alcançou uma poupança de 66 milhões de euros em gás natural importado, 11 milhões de euros em eletricidade importada e 60 milhões de euros em licenças de emissão de CO₂, reafirmando o seu papel essencial na redução da dependência externa e na sustentabilidade ambiental.

Para Pedro Amaral Jorge, CEO da APREN, “Portugal tem demonstrado que é possível crescer economicamente ao mesmo tempo que se reduzem as emissões, e os dados de outubro confirmam esta realidade, com dois terços da eletricidade a serem gerados a partir de fontes renováveis. As tecnologias limpas tornaram-se mais competitivas, seguras e acessíveis, e é nelas que se assenta a verdadeira independência energética do país. Agora, é essencial garantir um quadro político, fiscal e regulatório que mantenha o investimento e permita acelerar a transição para um sistema 100% renovável.”

A APREN salienta que o setor das energias renováveis já tem uma contribuição estrutural para a economia nacional, apoiando diretamente as finanças públicas e as autarquias locais, nomeadamente através do financiamento da tarifa social de energia e da entrega de 2,5% da faturação anual dos parques eólicos aos municípios.

Qualquer agravamento fiscal sobre os ativos renováveis representaria um retrocesso face às metas de descarbonização e um sinal desincentivador para o investimento, num setor que tem sido fundamental para a redução da fatura energética e para o crescimento económico sustentável do país.

Desde 2015, a capacidade instalada de produção renovável em Portugal aumentou 9 272 MW, o que representa um crescimento de 75,5%. Entre dezembro de 2024 e setembro de 2025, o aumento foi de 777 MW, com destaque para a energia solar fotovoltaica, que reforçou a sua presença em mais 356 MW na componente centralizada e +418 MW na descentralizada. No final de setembro, as renováveis representavam 78,7% da capacidade total instalada.

O boletim completo encontra-se disponível no seguinte [link](#).

Sobre a APREN:



A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congêneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.